

EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E CURRICULARES

ANA CRISTINA JUVENAL DA CRUZ¹
TATIANE COSENTINO RODRIGUES²

Resumo

Reduzido ao contexto dos conflitos fundiários, é assim, que, cotidianamente, nos veículos hegemônicos de comunicação, as comunidades quilombolas no Brasil têm visibilidade. Pouco se sabe sobre a história, as formas de organização, os conhecimentos, as culturas, a localização e as condições de vida dessas comunidades. Esta temática, por muito tempo, ficou circunscrita a pensadoras e pensadores que se dedicaram a retirar o quilombo de sua relação histórica com o período da escravidão e redimensioná-lo como um espaço de recreação cultural e política. Neste texto a intenção é analisar alguns aspectos no qual se insere a educação em comunidades quilombolas e discutir as implicações políticas e curriculares acerca desta temática.

Palavras-chave: Comunidades remanescentes de quilombos. Educação. Currículo.

EDUCATION IN QUILOMBOLAS COMMUNITIES: POLICY AND CURRICULUM IMPLICATIONS

Abstract

Reduced to the context of agrarian conflicts, so that, every day, in the hegemonic media, the maroon (quilombola) communities in Brazil have visibility. Little is known about the history, forms of organization, knowledge,

-
- 1 Professora do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSCar). Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e o grupo Estudos sobre a Criança, a Infância e a Educação Infantil da UFSCar. E-mail: anacjcz@gmail.com.
 - 2 Doutorado em Educação, Mestrado em Ciências Sociais e graduação (2003) em Pedagogia na Universidade Federal de São Carlos. Coordena a Pesquisa CNPq “Educação e relações étnico-raciais”. E-mail: tatiane.cosentino@gmail.com.

culture, location and living conditions of these communities. This issue for a long time was limited to thinkers who dedicated themselves to remove the quilombo of its historical relationship with the period of slavery and resize it as a space of cultural and policy recreation. In this text the intention is to analyze some aspects in which education is inserted in quilombola communities and to discuss the political and curricular implications on this theme. Keywords: Quilombo communities. Education. Curriculum.

L'ÉDUCATION AU COMUNNAUTÉ DU QUILOMBO: IMPLICATIONS POLITIQUES ET CURRICULAIRES

Résumé

Réduit au contexte des conflits relatives au droit de la propriété, les communautés du quilombo au Brésil (lieux de refuge des esclaves noir au Brésil) sont quotidiennement ignorés par les grands médias brésiliens. On sait peu sur l'histoire, les formes d'organisation, la connaissance, la culture, l'emplacement et les conditions de vie de ces communautés. Ce thématique a été limitée pendant une longue période à penseurs qui se consacrent à retirer le quilombo de sa relation historique avec la période de l'esclavage et le redimensionner comme un lieu culturel et politique. Dans ce texte, l'intention est d'analyser certains aspects qui intègre l'éducation dans les communautés du quilombos et discuter des implications politiques et les programmes sur ce sujet.

Mots-clés: Communautés du quilombo. Éducation. Curriculum pédagogique.

1 O protagonismo histórico dos quilombos

Este texto tem por objetivo dialogar a respeito das contribuições que os estudos sobre as comunidades remanescentes de quilombos trazem para a educação. Isso é feito, em um primeiro momento, a partir de uma caracterização preliminar a respeito da ampliação historiográfica e conceitual conferida ao quilombo. Esse cenário será o fio condutor que nos permitirá compreender a consolidação do processo histórico que demarca as comunidades remanescentes de quilombos como componente curricular com possibilidades metodológicas fecundas para o ensino de história da África e cultura afro-brasileira.

O avanço das pesquisas sobre o tema ampliou os debates que auxiliaram no mapeamento das tendências que constituíram o pensamento acerca das comunidades quilombolas e as possibilidades que se abrem diante dos artefatos

introduzidos pela pesquisa acadêmica, pelos saberes escolares e pelas orientações dos programas de ensino. O alargamento do pensamento acerca do lugar dos quilombos na história brasileira possibilitou a retirada desse espaço cristalizado pela imagética de Palmares e caracterizada pelas representações da fuga e da resistência. Será com as alusões realizadas por pensadoras e pensadores das mais diversas áreas que os quilombos tornar-se-ão não apenas um objeto de pesquisa histórica, mas um conjunto de conceitos e de ideias específicas que permitem compreender a história afro-brasileira e africana na diáspora.

Os quilombos compõem a história africana como um modelo de formação e de governabilidade caracterizado pela representação do Estado. Investigações identificaram que, entre os séculos XII e XVI, a formação de Estados em algumas regiões africanas apontam a existência do quilombo (*kilombo*) como uma forma de organização militar.

Estabelecendo uma apropriação política, os espaços dos quilombos foram reinterpretados, especialmente por carregarem elementos específicos da história africana recriada no Brasil. Em vista disso, o movimento negro atribuiu novos sentidos aos quilombos que se tornam repositórios do saber das comunidades negras trazidas para o Brasil na condição de escravas. Os quilombos foram reapropriados como personificação da experiência africana recriada na diáspora por guardarem o legado e as tradições ancestrais dos povos de diversas formas. Tal percepção suplantou a definição do Conselho Ultramarino de 1740, em que consta que os quilombos ou mocambos resumiam-se a espaços de “negros fugidos”. Ao tornarem obsoletas essas definições, pensadoras e pensadores que se dedicam a analisar o quilombo passam a estabelecer outras definições. Gloria Moura (2007, p. 3), por exemplo, emprega tal definição para quilombo:

Quilombos contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo.

Outras denominações para quilombo, como “terras de preto”, “terras de santo ou santíssimo” ou “território negro”, fazem referência, por um lado, à condição de pertencimento à territorialidade não apenas física, mas cultural, e, por outro lado, tais designações concebem a construção de uma ancestralidade pautada no parentesco. João Jose Reis e Flávio S. Gomes (1996) localizam, na morfologia da palavra, as origens africanas do termo quilombo, estabelecendo uma

significação com a formação de uma sociedade de guerreiros: Quilombo derivaria de *kilombo*, sociedade iniciática de jovens guerreiros *mbundu*, adotada pelos invasores *jaga* (ou *imbangala*), formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades (REIS; GOMES, 1996).

Com a publicação de “Rebeliões da Senzala”, em 1959, Clóvis Moura (1981) contrapõe-se de forma radical às limitadas análises até então predominantes na historiografia acerca da condição do negro escravizado. Moura abandonou as leituras predominantes de um marxismo limitado, que restringia o escravizado a objeto semovente, potencializando-o para um ator de seu tempo que, além de refletir sobre o sistema, travava conflitos a respeito de sua condição. O autor afirma que: “quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou vida precária, em qualquer região onde existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste ao regime servil” (MOURA, 1992, p. 24).

Para Moura, o protagonismo dos quilombos evidenciou-se especialmente por tratar-se de espaços de resistência dos descendentes de africanos em condição escrava, cujo fortalecimento da consciência coletiva produziu ambientes plurais, com experiências diferenciadas de autogestão e princípios sociais de vanguarda. Tal percepção é referendada em razão da existência de registros de que, em muitos espaços quilombolas, não eram aceitos apenas negros escravizados ou libertos: há relatos de quilombos que acolheram pessoas que não se encaixavam apenas na camada de escravizados, como pessoas pobres e, inclusive, brancas, o que assinala o perfil diferenciado da logística empregada nesses espaços. Tais indícios demonstram que é preciso se debruçar sobre a análise dos quilombos sob outra ótica, em virtude de que muitos guardam experiências pioneiras de convivência entre grupos diversos do ponto de vista do pertencimento étnico-racial.

Flavio Gomes (1995) retrata uma sofisticada rede de inter-relações culturais, sociais e econômicas, as quais consistiram em base de sustentação de muitos espaços quilombolas. Em sua análise, o quilombo tornou-se um dos vértices centrais de compreensão da dinâmica empreendida pelo sistema escravista em razão de possibilitar qualificar as noções de resistência e de fuga que circunscrevia a condição dos cativos. Ao investigar documentos em arquivos brasileiros e estrangeiros a respeito dos quilombos fluminenses do século XIX, Gomes identifica ainda que os quilombolas tiveram atuação direta face ao contexto escravista, pautando em diversas conjunturas as relações entre escravizados e senhores.

José Maurício Arruti (2008; 2003) destaca o caráter polissêmico atribuído ao quilombo, particularmente pelo empreendimento dos debates contemporâneos e

dos agenciamentos e disputas semânticas que passam a articulá-lo a perspectivas políticas e conceituais. Nesse sentido, tais leituras caracterizam o quilombo como uma experiência de etnogênese que se refere a um conceito analítico que permite compreender os processos de reapropriação cultural que ocorrem quando, em determinadas circunstâncias, os povos se reapropriam e reinventam suas identidades. Atribuído ao quilombo, o caráter de etnogênese refere-se à possibilidade de auto-constituição dos sujeitos nesses espaços. Paul Gilroy (2001) sugere a etno-história (que se utiliza da conceituação que caracteriza a etnogênese) como uma possibilidade teórico-metodológica que permite estudar as histórias de um agrupamento étnico. Em vista disso, o contexto contemporâneo nos informa sobre as possibilidades de examinar o quilombo sob o prisma de seu arranjo contemporâneo.

É importante salientar, sob essa via, o papel de vanguarda desempenhado pelo movimento negro que, desde a década de 1970, tem sido protagonista na reflexão histórica e política a respeito do quilombo e dos negros em condição escrava. Esse movimento potencializou a analítica a respeito do quilombo, alçando-o a objeto de reflexão política e histórica, na medida em que passou a ser identificado como local fecundo de recriações culturais da África no Brasil, o que adquiriu relevo na expressão de que o quilombo seria o “Estado Africano no Brasil” (CARNEIRO, 1958 apud ARRUTI, 2008).

Embora essas leituras sejam alocadas naquilo que tem sido denominado de uma renovação da historiografia da escravidão (na esteira do que foi erigido como história social da escravidão), há pensadoras e pensadores que já advogavam nessa vertente de atribuição do caráter de sujeito ao escravizado. Tal visão adquire volume em resposta às leituras obsoletas acerca da escravidão. Assim, parte dos estudos sobre quilombos empreendidos desde 1950 atribuíram um protagonismo aos quilombolas e identificaram a sofisticada rede de sustentação desses espaços. Na gênese dessa renovação da historiografia, há uma postura de oposição a uma perspectiva historiográfica que sedimentou o processo de acontecimentos acerca da escravidão tão somente como etapas para sua superação. Assim, as ações cotidianas e persistentes que caracterizaram a resistência ao sistema escravista são retiradas de um lugar episódico e passam a serem qualificadas como ações que articulavam negociações e recuos à ordem então vigente e recusa, especialmente pela fuga, conforme a conjuntura e as circunstâncias vivenciadas.

Em geral, as cronologias estabelecidas definem, em fases diferenciadas, as ênfases destinadas às pesquisas sobre o quilombo. As vertentes que vinculam o quilombo a um espaço de recriação cultural e de resistência política influenciaram estudos como os de Edson Carneiro (2011), Clovis Moura (1992, 1981) e Décio

Freitas (2004). Para esses autores, e outros/as os quilombos foram consubstancializados pela ação, ou seja, a agência dos quilombolas e dos escravizados negros e negras em um espaço de salvaguarda da experiência e da memória desses grupos. Tais leituras enfatizaram a crítica à conceituação de democracia racial, que adquiriria relevo, e às leituras que atribuíam uma passividade ao escravizado. Para Hebe Mattos (2005-2006), a existência desse agenciamento esteve vinculada à atuação dos quilombolas junto aos escravizados, evidenciada pela existência de ações judiciais de liberdade, pela recusa às condições insalubres cotidianamente vivenciadas nas fazendas e, por fim, pelas fugas ou *marronage* que tornaram-se parte integrante do processo que culminou na abolição legal da escravidão (MATOS, 2005-2006).

A atuação política do movimento negro, a partir dos anos 1950, foi simbolizada, entre outras, pela criação do jornal *O Quilombo*, ícone de uma recriação política das matrizes africanas e afro-brasileiras que marcou as associações negras do período, assim como o Teatro Experimental do Negro, que estabeleceu uma experiência de retomada dos valores do repertório cultural e civilizatório africano (ROMÃO, 2005). Tais leituras tergiversaram, refutando as concepções fossilizadas a partir das análises freyreanas, por um lado e, por outro, daqueles que passaram a interpretar a história brasileira sob a via marxista. Esse processo, desencadeado na década de 1970, é denominado por Alecssandro Ratts (2006) “longa descoberta”, passando a incluir os quilombos urbanos.

Abdias do Nascimento (1980) afirmou que a reapropriação desempenhada pelo movimento negro, denominada por ele de quilombismo, alargou a concepção de quilombo, deslocando-o da representação mitificada no escravismo para um movimento que permitia compreender qualquer forma de exploração e discriminação. Assim, “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

Beatriz Nascimento (1985) se alinha em perspectiva semelhante a respeito do caráter de continuidade e de recriação dos quilombos na medida em que estes se tornam receptáculo da memória. A autora aprimora a análise histórica estabelecendo outra temporalidade ao aproximar os quilombos e as favelas como “sistemas alternativos” de organização (NASCIMENTO, 1985). Para Nascimento (1985, p. 49),

Como antes tinha servido de manifestação reativa ao colonialismo de fato, em 1970 o quilombo volta-se como código que reage ao colonialismo

cultural, reafirma a herança africana e busca um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica.

Essa breve incursão pelos percursos acerca da pesquisa historiográfica e acerca das comunidades remanescentes de quilombos permite direcionar a trajetória para as implicações do processo em curso de consolidação da educação quilombola e da educação escolar quilombola.

2 Educação escolar quilombola e educação quilombola

A ação política dos movimentos sociais possibilitou que estes adquirissem protagonismo diante das questões políticas que os envolvem. A dinâmica das reivindicações dos movimentos sociais efetivou-se junto à consolidação dos direitos humanos e da diversidade cultural como um valor. Contemporaneamente, isso é assente nas políticas internacionais. Esse processo é reverso à proposição da assimilação dessas culturas, antes vista no interior de uma lógica homogeneizante pautada na construção de que as culturas indígenas, negras e dos povos não europeus e não brancos era vista como inferior. Os desafios colocados à presença da diversidade cultural no interior do Estado-nação referem-se às dificuldades de equacionamento de grupos diversos no interior de um mesmo espaço nacional. No que tange à educação, a reivindicação dos movimentos quilombolas e negros está assentado na busca para que a diversidade que os compõem seja reconhecida – principalmente a diversidade de sujeitos históricos, de vivências e de culturas –; por isso, os modos como eles são vistos e como sua história é contada e ensinada tornou-se a pauta principal de reivindicação no campo da educação.

O contexto de elaboração da Constituição Federal de 1988 potencializou a presença das comunidades quilombolas a partir da garantia da propriedade da terra a quilombolas assentados, o que não se traduziu na aquisição da titularidade definitiva da terra, sendo esta uma das lutas centrais de muitas comunidades quilombolas. Junto a essa luta política, há um conjunto de legislações como a que trata do Artigo 68, que trata das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja aceção amplia o caráter fundiário, incorporando e dando ênfase aos aspectos culturais, históricos, de memória compartilhada que caracterizam o pertencimento ao grupo de pessoas que vivem em nas territorialidades ocupadas pelos descendentes de escravizados (BRASIL, 2003b).

Tal preceito baseia-se no “reconhecimento étnico”, como afirma Glória

Moura (2007), que ocorreu junto à valorização das práticas culturais como patrimônio imaterial brasileiro. Moura (2007) destaca ainda, a partir dessa concepção, que as atividades internas do grupo (as festas, as danças e as comemorações) devem ser consideradas na identificação de uma comunidade como quilombola. Arruti (2003) denomina esse processo de “sociologia do Artigo 68”, pois este artigo possibilitou uma ampliação semântica e uma politização do conceito de quilombo: “a questão fundamental é, portanto, perceber como o quilombo histórico foi metaforizado para ganhar funções políticas no presente e como tal conversão simbólica teve como produto uma construção jurídica que permite pensar projetos de futuro” (ARRUTI, 2003, p. 68).

A instituição da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, em 1988, deu-se como reflexo do debate público realizado sobre a Constituinte. Entre as atribuições da fundação, estão a certificação de comunidades quilombolas e a subvenção de projetos de fomento, desenvolvimento e acesso das comunidades quilombolas nos programas sociais de âmbito federal.

Georgina Helena Lima Nunes (2006) propõe reflexões mais aprofundadas sobre as comunidades quilombolas. Para a autora, deve-se atentar para que, no campo da pesquisa, não esgotemos a possibilidade de ressemantizar a noção de quilombo. Isso nos possibilita alinhar politicamente a especificidade do quilombo, sem perdemos de vista a pluralidade que caracteriza os diversos espaços quilombolas. Dito de outra forma, para Nunes, devemos concentrar esforços para construir uma perspectiva que valorize as singularidades que marcam as experiências das comunidades quilombolas sem que isso nos induza ao erro de as homogeneizar.

A situação de indefinição de muitas comunidades quilombolas produzem uma situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, de dificuldade de acesso a serviços básicos. Algumas experiências de pesquisa trazem o histórico de algumas comunidades, como o livro *Uma história do povo Kalunga*, publicado em 2002, de Gloria Moura, que adotou uma metodologia de inspiração etnográfica e analisou as ações pedagógicas da comunidade. Além dele, a série Educação Quilombola, desenvolvida no Salto para o Futuro, desenvolvido em 2007, é uma das experiências inovadoras no sentido de preparar professoras e professores para o ensino dos repertórios culturais quilombolas nos diversos níveis de ensino.

O Programa Brasil Quilombola, que consiste em linhas de crédito específicas e convênios voltados ao desenvolvimento de infraestrutura nas comunidades quilombolas, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) desde 2005, faz parte, entre outras, das medidas que compõem as mudanças em relação às comunidades quilombolas. O Decreto Federal nº 6.872, de 04 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), que aprovou o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), instituiu o Comitê de Articulação e Monitoramento, voltado a grupos negros, ciganos e indígenas, a comunidades de terreiros e a comunidades quilombolas.

No campo da educação, há pesquisas que indicam a existência de escolas em espaços quilombolas desde os anos 1950 (RATTS, 2006). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012), derivam do debate histórico desses grupos por uma educação específica. No que tange ao caráter normativo, essas diretrizes são construídas a partir do debate realizado por ocasião da Conferência Nacional de Educação de 2010, que conferiu à educação quilombola uma etapa da educação básica. Tal definição exige a formação de uma política curricular específica que seja orientada pelo Parecer CNE/CP nº 3/2004 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana. Dentre os destaques do documento, está a garantia de formação de professoras e professores quilombolas, a flexibilização do calendário escolar, a construção de um Projeto Político Pedagógico coletivo e específico e a autogestão da escola pelos quilombolas (MEC, 2014).

O documento salienta ainda que a educação escolar quilombola refere-se, entre outros elementos, às línguas tradicionais, à memória coletiva, às práticas culturais, às festas e aos repertórios orais, destinando-se a populações quilombolas rurais e urbanas. O documento define quilombos como “grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica” (BRASIL, 2012). O documento ainda orienta a instituição do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

Além das especificidades da educação, os estudos desenvolvidos nas comunidades quilombolas têm revelado os saberes históricos desses grupos, como os conhecimentos sobre saúde, além de saberes tradicionais, como o uso de ervas e de plantas medicinais. Esses elementos constituem a definição de educação quilombola, que se refere às aprendizagens adquiridas na vivência cotidiana daqueles que habitam os espaços quilombolas. Esses conhecimentos ainda devem ser articulados à educação escolar quilombola e à educação ofertada nos espaços não

quilombolas, pois estes constituem uma vertente do repertório de conhecimentos da cultura afro-brasileira.

A educação indígena e a educação do quilombola do campo são conquistas recentes que produzem destabilizações, entre as quais, a necessidade de legislações específicas e de programas próprios de financiamento e de formação docente, a ampliação das concepções de gestão da escola e a elaboração de currículos diferenciados. Todas essas políticas desafiam a estrutura do Estado e a forma como as instituições sociais se consolidaram para sustentar a autonegação identitária instaurada por séculos de repressão colonial, o que alguns autores denominam de racismo institucional.

Na avaliação de Miranda (2012), as questões trazidas pela modalidade de educação escolar indígena diferenciada e educação do campo permitem antever a complexidade em que se insere a modalidade de educação escolar quilombola. Destacam-se como tensões em aberto: a ampliação da função social da escola para incorporar a relação com o território e propostas de desenvolvimento sustentável, a relação entre educação e outras políticas sociais, a garantia do respeito à identidade específica e a autoria na formulação de propostas educativas (MIRANDA, 2012).

É importante ressaltar que, na ação destes movimentos sociais, a política educacional não se reduz à escola, mas se entrelaça à territorialidade, à produção e reprodução da existência e à reconfiguração das relações sociais para a emergência de outro projeto de desenvolvimento. Segundo Milton Santos (2007), é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial.

3 Educação e repertório cultural quilombola: desafios e possibilidades

Para reforçar esse ponto, analisamos algumas evidências e possibilidades construídas a partir das recentes políticas curriculares que consolidam o quilombo como elemento curricular. No âmbito da proposta de educação das relações étnico-raciais, a concretização da educação escolar quilombola como definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola representa também a possibilidade de interferência no contínuo cenário de discriminação racial e de descaso que, ao ser rompido, é capaz de produzir outra imagem dos quilombos e da realidade das comunidades quilombolas no Brasil. Isso possibilitará que crianças e jovens de todos os pertencimentos étnico-raciais possam ver de forma

positiva a participação da população negra na construção do país. Ainda sobre a importância da consolidação da temática nas práticas pedagógicas e nas políticas curriculares, os estudos dos quilombos possibilitam discutir e permitir que as comunidades remanescentes de quilombos tenham direito ao território que habitam e permite-lhes preservar a vivências de suas histórias e culturas em seus significados próprios, e não de forma inferiorizada ou subalternizada como ainda são veiculadas em alguns espaços.

O fio condutor que atravessou este texto foi o de aproximar as perspectivas históricas acerca das comunidades quilombolas de sua presença na educação. É importante ressaltar que essa breve incursão pelo debate não pretendeu esgotá-lo, mas foi construído no sentido de possibilitar uma ampliação para além de um ensino específico dessas comunidades, para que elas sejam inseridas de forma orgânica, nas práticas pedagógicas, como conteúdo curricular fundamental. Isso está assente no campo curricular a partir de legislações, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluem o ensino de história da África, dos negros no Brasil e das culturas afro-brasileiras e indígenas, definindo quais conteúdos devem estar integradas ao ensino. Essas medidas demonstram o caráter de reconhecimento do multiculturalismo e da necessidade da escrita de múltiplas histórias. Em síntese, o debate sobre multiculturalismo colocou em pauta a necessidade e o reconhecimento dos valores e das identidades culturais de distintos grupos que partilham o mesmo espaço. As legislações em nível local mostraram um processo gradativo de incorporação do ensino da temática étnico-racial, como uma ascensão de uma educação voltada às novas relações raciais. O termo *educação das relações étnico-raciais*, como descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004) refere-se não apenas a um campo específico de ação e de pensamento pedagógico em educação, mas a uma proposição política.

A promulgação dessas legislações nos coloca também o desafio de repensar a função do estudo e do ensino das relações étnico-raciais no Brasil. Não se pode ensinar sobre a história dos povos africanos e a presença no movimento da diáspora negra sem compreender as experiências vividas por esses grupos. Não se pode também ignorar a estrutura e a funcionalidade do racismo brasileiro e sua perpetuação inclusive no ambiente escolar, o que exige que tenhamos uma compreensão da presença das várias faces em que o fenômeno do racismo se perpetua. O quilombo assume, portanto, um papel emblemático nas lutas dos negros e em suas reivindicações por cidadania nos diversos períodos da história, sendo o

momento atual mais um deles (SANTOS; CRUZ, 2012). A sua dinâmica revela que o conjunto de transformações por ele engendrado transcende o que convencionalmente tem disso tratado como agenda política exclusiva do movimento social.

Referências

ARRUTI, José Maurício. *O quilombo conceitual: para uma sociologia do “artigo 68”*. Texto para discussão do projeto Egbé – Territórios Negros (koinonia). Rio de Janeiro: Koinonia Ecumênica, 2003.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, O., SANSONE, L. (Org.). *Raça: perspectivas Antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008, pp. 315-350.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação. CNE/CP, nº3/2004.

BRASIL. *Decreto nº 4.887*, Regulamenta o Procedimento para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das Terras Ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos de que Trata o Art. 68 Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Exposição de Motivos/Casa Civil 58, De 20/11/2003 – D.O.U. de 21/11/2003, p. 56: Regulamentação do Art. 68 Do ADCT, Remanescentes dos Quilombos. de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. *Decreto Federal nº 6.872*, Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR de 04 de junho de 2009.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica*. Ministério da Educação, CNE/CP, 2012.

CARNEIRO, Édson. *O quilombo dos Palmares*. 5ª Edição. São Paulo: WMF Martins, 2011.

FREITAS, Décio. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió: EDUFAL, 2004.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, pp. 104-111, dez./fev. 2005-2006.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*. v. 17, n. 50, maio-ago, 2012.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Glória. A educação e as comunidades remanescentes de quilombos. *Revista Palmares em Ação*, Brasília, Ano 1, n. 1, 2002, pp. 10-23.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: KABENGELE, M. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MOURA, Glória. Proposta pedagógica. Educação Quilombola. In: *Educação Quilombola*. Boletim nº10. Salto para o Futuro. Brasília/SEED-MEC. Junho, 2007, pp. 03-08.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes. 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiáspora*, n. 6-7, pp. 41- 49, 1985.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação formal e informal: o diálogo necessário em comunidades remanescentes de quilombo. In: BRAGA, M. L.; PENHA, E. M.; PINTO, A. F. (Orgs.). *Dimensões da Inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. 01ed, Brasília: MEC/SECAD, 2006, v. 01, pp. 343-360.

SANTOS, Maria Walburga; CRUZ, Ana Cristina Juvenal Cruz. Diásporas e comunidades quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira. *Revista História Hoje*. V. 1, n. 1, 2012, pp. 193-215.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 54, junho, 1977.

RATTS, Alex. Reconhecendo quilombos no Ceará. *Raízes*, Fortaleza, v. 53, p. 2-3, 2006.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro. *In: História da Educação do Negro e outras histórias/Org.: Romão, J. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, pp. 117-138.

Submissão em: 06/04/2015.

Aprovação em: 20/04/2015.